

Ofício nº: 08/2021/PMM/GP

Manhuaçu, 16 de janeiro de 2021.

Exmo. Sr. Vereador

CLEBER DA PENHA BENFICA

DD. Presidente da Câmara Municipal de
MANHUAÇU - MINAS GERAIS

Assunto: PROJETO DE LEI

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos à presença de Vossa Excelência para enviar o projeto de lei que altera o texto do § 8º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.665/2017.

Desta forma, solicitamos especial atenção de Vossa Excelência ao presente expediente, dada a urgência da medida nos termos da mensagem anexa.

Na oportunidade, reiteramos protestos da mais alta estima e distinta consideração e nos colocamos à disposição para novos esclarecimentos, caso necessário.

Atenciosamente


MUNICÍPIO DE MANHUAÇU
MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS
PREFEITA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Manhuaçu



PROTOCOLO GERAL 13/2021
Data: 19/01/2021 - Horário: 13:38
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº 001/2021

“Altera a Lei Municipal nº 3.665/2017 e dá outras providências”.

O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes aprovou, e eu, Prefeita Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - O *caput* do § 8º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.665/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 8º. O servidor, em comum acordo com a Administração, poderá exercer as atividades do seu cargo em jornadas ampliadas, com vencimento calculado proporcionalmente à ampliação, observados os seguintes critérios:

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Manhuaçu, 16 de janeiro de 2021.


MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O presente projeto de lei vem retirar do texto do § 8º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.665/2017, de 06 de fevereiro de 2021, o termo **ocupante de cargo efetivo**.

Esclarecemos que o texto aqui alterado se faz necessário em razão do grave momento que atravessamos em razão da pandemia do COVID-19, quando necessitamos de aumento da carga horária de todos os servidores, efetivos e contratados.

Ademais, o Estatuto do Servidor Público Municipal, em seu art. 2º, nomeia o que é servidor municipal, e é claro ao elevar o contratado aos mesmos direitos do efetivo, com exceção da garantia de emprego.

A jurisprudência dominante, também é clara ao equiparar o contratado como servidor público, para todos os efeitos legais, inclusive para fins de quinquênios, à exceção, é claro, da efetividade no serviço público.

Por esses fundamentos, torna-se necessária a presente alteração no texto da lei, considerando que há dezenas de servidores contratados labutando na área de saúde, especialmente em razão da pandemia do COVID-19.

Por essas razões, e sem mais delongas, esperamos que o presente projeto de lei seja recebido, discutido e aprovado por Vossas Excelências, tal como se encontra, e em caráter de urgência/urgentíssima.

Data supra.


MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS
PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km² – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

LEI Nº 3.665 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

"Acréscce parágrafos ao artigo 28 da Lei nº 2.418/2004 e dá outras providências."

O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescido ao artigo 28 da Lei nº 2.418 de 30 de janeiro de 2004 os §§ 8º a 13, com as seguintes e respectivas redações:

"§ 8º. *O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, em comum acordo com a Administração, poderá exercer as atividades do seu cargo em jornadas ampliadas, com vencimento calculado proporcionalmente à ampliação, observados os seguintes critérios:*

I - Para a jornada semanal de 40 (quarenta) horas, não haverá ampliação;

II - Para a jornada semanal de 36 (trinta e seis) horas, 11%;

III - Para a jornada de 30 (trinta) horas, 33,33%;

IV - Para a jornada de 25 (vinte e cinco) horas, 60%;

V - Para a jornada de 20 (vinte) horas, 100%;

VI - Para a jornada de 10 (dez) horas, 100%.

§ 9º. *Poderá também ocorrer redução da jornada de trabalho, no percentual máximo de 20%, em comum acordo com a Administração, com vencimento calculado proporcionalmente à redução.*

§ 10. *Na hipótese de opção pela jornada reduzida não será permitido o exercício de serviços extraordinários e, em consequente, o pagamento de hora-extra.*

§ 11. *Os valores dos níveis de vencimento indicados nos Anexos corresponderão à duração normal do trabalho pertinente aos cargos da classe.*

§ 12. *Além do acréscimo decorrente da ampliação da jornada prevista no § 8º, o servidor será remunerado pela prestação de serviço extraordinário, calculado na forma da legislação aplicável.*

§ 13. *O serviço extraordinário, que em nenhuma hipótese se confundirá com a ampliação da jornada, somente será autorizado para atender a situação excepcional e temporária, respeitado o limite máximo, por mês, de 40% (quarenta por cento) da duração normal do trabalho do cargo."*

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Manhuaçu, 06 de fevereiro de 2017.

Maria Aparecida Magalhães Bifano
Prefeita Municipal